

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 2, Novembro de 2022

Artigos Inéditos

**O movimento bolsonarista e a americanização
da política brasileira:
causas e consequências da extrema direita no poder**

Guilherme Casarões

**Angola e Moçambique: avanços e recuos
da democracia**

Mathias Alencastro

Traduções

Ucrânia e Rússia: guerra e regimes políticos

Timothy J. Colton

Propaganda digital: o poder dos influenciadores

Samuel C. Woolley

**Por que a democracia alimenta teorias
da conspiração**

Scott Radnitz

**Como os autocratas instrumentalizam os direitos
das mulheres**

Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Felipe Martins Wonderweb

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 2, São Paulo, Novembro de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Ucrânia e Rússia: guerra e regimes políticos

Timothy J. Colton

Timothy J. Colton é professor de governo e de estudos da Rússia e ex-diretor do Departamento de Governo da Universidade Harvard. É autor de inúmeros livros, incluindo Everyone loses: the Ukraine crisis and the ruinous contest for post-soviet Eurasia [Todos perdem: a crise da Ucrânia e a desastrosa disputa pela Eurásia pós-soviética] (2017), em coautoria com Samuel Charap.

A guerra infame da Rússia na Ucrânia é um evento geopolítico superpropagador. Compreensivelmente, a cobertura no Ocidente tem se concentrado nos efeitos da guerra no exterior. Mas o que a guerra representou dentro da Ucrânia e da Rússia e quais são as implicações para seus respectivos regimes políticos?

Há uma extensa literatura acadêmica buscando associar os conflitos internacionais à governança interna dos países envolvidos. A guerra, diz o famoso adágio, é benéfica para a constituição e para o aprofundamento da democracia. A cientista política Elizabeth Kier classifica os argumentos em três tipos: a guerra cultiva a solidariedade e a inclusão de grupos sub-representados na política; a guerra aprimora o Estado e sua capacidade de realizar reformas; e a guerra obriga as autoridades a oferecer “compensação” à sociedade por participar desse esforço comunitário¹. Vis-à-vis regimes autoritários, uma afirmação frequente

*Publicado originalmente como “Ukraine and Russia, war and political regimes”, Journal of Democracy October 2022, Volume 33, Number 4 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

é que a guerra pode desencadear uma revolução. A Primeira Guerra Mundial foi fatal para impérios dinásticos em toda a Europa; as extensas guerras coloniais minaram a autocracia corporativista de Portugal na década de 1970; e o aventureirismo desastrado no Chipre e nas Ilhas Malvinas, respectivamente, fizeram o mesmo na Grécia em 1967 e na Argentina em 1982.

Infelizmente, o conhecimento acumulado pode oferecer poucos ensinamentos em relação à Ucrânia e à Rússia. Normalmente, a variável dependente na literatura é a ordem política depois que as armas se calam. No entanto, não é possível afirmar quando e como essa guerra cessará, ou em meio a que constelação de forças. Além disso, “os laços entre a guerra e a democracia”, escreve Kier, “são complexos demais para se esperar uma relação direta entre as duas”². As expectativas de avanço democrático por meio da inclusão, do aprimoramento do Estado e da compensação não são corroboradas de maneira uniforme. As autocracias podem ser consumidas pela guerra ou amparadas por ela (como a URSS na Segunda Guerra Mundial), e a guerra pode ser irrelevante para o seu destino. No estudo minucioso de Edward Mansfield e Jack Snyder sobre o tema, os testes estatísticos não “revelaram nenhum padrão forte e sistemático segundo o qual a guerra leva à democratização”. Fatores contextuais, como desenvolvimento socioeconômico, entorno geográfico e composição institucional foram, “quase sempre, muito mais importantes para a democratização do que qualquer processo desencadeado pela guerra”³. Um estudo sobre a Ucrânia e a Rússia, portanto, se beneficiará da receptividade a comparações, mas não da noção de uma ligação umbilical entre a guerra e o regime.

Guerra total assimétrica

A ação militar ordenada por Vladimir Putin em 24 de fevereiro de 2022 é multidimensional e devastadora. A batalha avança por uma

frente irregular, com as baixas ultrapassando a casa das dezenas de milhares, e há ofensivas por todo o espaço econômico e informacional. Dito isso, essa “guerra total” é desordenada e ainda limitada em seu escopo. As táticas de terra arrasada da Rússia devem-se mais à artilharia obsoleta e à vontade de intimidar e conquistar território do que a uma sede de extermínio. Nenhum dos beligerantes encarcerou civis do país inimigo em seu território, expulsou-os ou fechou suas fronteiras para eles. Nenhum deles empregou sistematicamente armas cibernéticas. A Rússia agita o sabre nuclear sem, no entanto, usá-lo.

O encontro também é definido pela assimetria. A Rússia iniciou uma guerra por iniciativa própria, com base em alegações a respeito da artificialidade do Estado adversário. Para a Ucrânia, a luta é existencial. O indicador mais gritante de impacto no país são os voos comerciais. Cerca de 5,7 milhões de ucranianos fugiram para o exterior, “a maior crise de deslocamento humano do mundo atualmente”⁴ e, até julho de 2022, outros 6,3 milhões estavam deslocados internamente e muitas vezes desabrigados, o que significa que 30% da população pré-guerra são refugiados ou deslocados internos (IDP, na sigla em inglês).

Também é possível observar uma assimetria crucial no cenário internacional. Moscou luta sozinho, tendo como únicos companheiros de batalha dois satélites não reconhecidos (“repúblicas populares”) na região de Donbass, no leste da Ucrânia. A Belarus permite que a Rússia use bases lá para atacar a Ucrânia, mas não enviou tropas. O fardo de Kiev, em contraste, foi compartilhado, uma vez que o esforço de guerra é efetivamente financiado pelo G7, pela União Europeia e por trinta e poucos outros países. Os compromissos de ajuda à Ucrânia de 24 de janeiro a 3 de agosto totalizaram 89,7 bilhões de dólares, excluindo os custos com refugiados.⁵ Desse montante, os Estados Unidos prometeram 47,4 bilhões de dólares, com 26,6 bilhões de dólares previstos para assistência militar. É uma injeção impressionante de recursos, considerando o orçamento de defesa (5,9 bilhões de dólares nominais em 2021) e o PIB

(200,1 bilhões de dólares) da Ucrânia. Sem isso, recentes vitórias da Ucrânia no campo de batalha não teriam sido possíveis. O outro lado da moeda é uma enxurrada de medidas punitivas contra a Rússia — “sanções sem precedentes”, afirmou a Casa Branca, “para responsabilizar o presidente Putin por sua guerra contra a Ucrânia, restringir o acesso da Rússia à tecnologia crítica de que precisa para financiar sua máquina de guerra e transformar a Rússia em um pária financeiro global”. A Rússia contra-ataca o melhor que pode.

Um projeto em construção

O que quer que se pense sobre conduta da Rússia desde a Guerra Fria, a agressão e o irredentismo de Moscou em 2022 haveriam de provocar uma resposta contundente do Ocidente. Como na invasão do Kuwait por Saddam Hussein em outra era, o dilema era como, e não se, oferecer ajuda.

A Ucrânia e seus aliados, no entanto, também adotaram uma outra lógica: defender a democracia enquanto sistema de governo. A fala aparece em inúmeros discursos, pronunciamentos e coletivas de imprensa. Washington, disse o presidente Joseph Biden em 26 de março, vê a guerra como um capítulo de “uma batalha entre democracia e autocracia, entre liberdade e repressão, entre uma ordem baseada em regras e uma governada pela força bruta”. O argumento poderia talvez ser considerado um chamariz, o Ocidente se preparando emocionalmente para um confronto “com linhas claras entre o bem e

Antes da guerra, o regime da Ucrânia era um projeto em construção, não um modelo de democracia. Isso não implica que não seja digna de apoio ocidental, mas deve-se levar em conta como o país realmente funciona.

o mal”, ao contrário das complexas divisões políticas internas.⁶ Na Ucrânia, os políticos apreciam não apenas o fascínio ideológico da democracia, mas também sua utilidade em conquistar o apoio internacional.

A crescente retórica e a visão de fora nem sempre se misturam com as realidades locais. O sistema político ucraniano é, sem dúvida, mais aberto e competitivo que o russo. No entanto, na véspera da guerra, o regime da Ucrânia era um projeto em construção e, de modo algum, um modelo de democracia. O relatório *Freedom in the World 2021* [A liberdade no mundo 2021] da *Freedom House* classificou a Ucrânia como “parcialmente livre”, com um regime “de transição ou híbrido”. O relatório *Nations in transit* [Nações em transição] da mesma organização, que mede a governança democrática em 29 países pós-comunistas, estimou a “porcentagem de democracia” da Ucrânia em 39,29% (colocando-a na 16ª posição). A Ucrânia estava acima da média em termos de processo eleitoral e de sociedade civil, mas abaixo dela em termos de governança democrática nacional, mídia independente, governança democrática local, Judiciário e corrupção. O projeto *Variedades da Democracia* (V-Dem) chega a resultados similares em 2021 em seus cinco “princípios da democracia”. Em uma escala entre 0 e 1, a Ucrânia obteve uma nota de 0,54 para a democracia eleitoral (86º dos 179 países avaliados), sua única pontuação acima da média. Para a democracia deliberativa, obteve 0,44 (70º); para a democracia igualitária, 0,39 (75º); para a democracia participativa, 0,35 (78º); e, para a democracia liberal, 0,35 (92º). Por qualquer indicador, a democracia ucraniana tinha qualidade pior em 2021 do que sob o presidente Viktor Yushchenko por meia década após a Revolução Laranja de 2004.

A nota da Ucrânia em tais índices tem se mantido praticamente inalterada desde 2014, o ano divisor de águas do Euromaidan e das incursões russas na Crimeia e na região de Donbass, e desde a eleição do comediante profissional Volodimir Zelenski como presidente, em

2019. A campanha de Zelenski acusou o então presidente Petro Poroshenko (2014-19) de ser a personificação da não democracia ucraniana. A Ucrânia havia sido sequestrada, afirmava Zelenski, por bandidos “que transitam entre governo e oposição e entre partidos, constantemente acumulando vantagens para si, enquanto se escondem atrás da imunidade [parlamentar e presidencial]”. Atualmente, ironicamente, Zelenski promove seu país como um bastião da democracia.

Isso não implica que a Ucrânia, vítima de agressão e de apropriação de território ilegais, não seja digna do apoio ocidental. Mas qualquer validação do regime deve ter em conta o modo como o país realmente funciona. Na Ucrânia, pesquisas em massa mostraram que apenas uma pequena minoria considera o sistema político do país uma democracia funcional. Na onda 7 da *World Values Survey*, realizada em 2020, apenas 26% dos entrevistados classificaram-na assim, e apenas 13% expressaram satisfação com o sistema existente.⁷ Em termos de preferências, 67% concordavam com a democracia em termos abstratos. No entanto, proporção quase similar, 58%, avaliavam positivamente “ter um líder forte que não precise se preocupar com o parlamento e com eleições” — o que significa que muitos ucranianos apoiavam ambos simultaneamente.

O relatório *Freedom in the World 2021* enfatizou que a Ucrânia “ainda sofre com a falta de Estado de direito”, e que a “vontade de pessoas ou grupos” importa mais do que “instituições estáveis e práticas democráticas”. O relatório destacou o papel crescente do Conselho de Segurança e Defesa Nacional (NSDC, na sigla em inglês), presidido e nomeado por Zelenski, que excedeu suas funções consultivas “concentrando poderes de Ministério Público e do Judiciário, e, sem qualquer supervisão independente, mostrou-se seletivo e opaco em seu processo de tomada de decisão”. Em 2021, em uma manobra amplamente criticada, o governo sancionou, pela primeira vez, “uma ampla gama de alvos domésticos” por motivos políticos, alguns deles

empresas de comunicação e pessoas nunca condenadas por um crime. Um estatuto malfeito permitiu que o NSDC identificasse “oligarcas” e os banisse de eleições, da vida partidária e de participar de leilões de privatização. Dois terços dos ucranianos atribuíram a ação ao populismo, a um toma lá dá cá político e a um desejo de Zelenski e sua comitiva de “redistribuir a propriedade e se tornarem, eles próprios, oligarcas”.⁸ O Índice de Percepção da Corrupção 2021 da Transparência Internacional (TI) colocou a Ucrânia no mesmo nível de 2018 (32 pontos de 100) devido à falta de avanço em medidas críticas anticorrupção.⁹ Em uma ação sem precedentes, considerada por muitos como politicamente motivada, o ex-presidente Poroshenko foi acusado de traição em dezembro de 2021 por sua suposta participação em um esquema suspeito de compra de carvão de Donbass para apoiar militantes da região contrários a Kiev.

Um país de coturnos

Saltando para 2022, quando a Ucrânia, como disse Zelenski, tornou-se “um país de coturnos” da noite para o dia. Isso desencadeou uma mudança de regime para mais democracia ou mais autocracia? Não foi surpresa quando as liberdades civis foram reduzidas à medida que a Ucrânia entrava em modo de guerra. A declaração de “estado de emergência” (*nadzvichainii stan*) via decreto presidencial em 24 de fevereiro endureceu os controles de fronteira, autorizou abordagens aleatórias de cidadãos para checagem de documentos pessoais, proibiu greves e reuniões em locais públicos e autorizou toques de recolher locais. Uma norma sobre efetivo militar determinou que homens de 18 a 60 anos se submetam a exames médicos e não deixem a Ucrânia ou mudem de residência sem a aprovação da polícia.

A equipe de Zelenski rapidamente passou a mirar em atores políticos que considerava serem inadmissivelmente pró-Rússia. Em março,

o NSDC instruiu o Ministério da Justiça a suspender onze partidos políticos que, segundo Zelenski, “buscavam a divisão ou o conluio” com a Rússia. O principal partido, Plataforma de Oposição – Pela Vida, conquistou 13% dos votos nas eleições parlamentares de 2019 e terminou em primeiro lugar nas seções controladas por Kiev em Donbass. O líder do partido, Viktor Medvedchuk, um parlamentar, empresário e ex-chefe de gabinete do presidente Leonid Kuchma, estava em prisão domiciliar desde maio de 2021, indiciado por alta traição no caso que posteriormente também implicaria Poroshenko. Medvedchuk fugiu logo após a invasão, foi preso novamente, e agora está atrás das grades, aguardando julgamento. Essas não são as únicas prisões.

Independentemente da culpa ou inocência dos indiciados, é importante destacar a tendência de judicialização e criminalização. Questões que antes poderiam ter sido debatidas e negociadas são agora reimaginadas como um risco à própria existência do país e, portanto, exigem um remédio extraordinário.

As restrições não têm sido menos duras na esfera das comunicações. Um breve artigo do decreto de 24 de fevereiro proibia “a produção e distribuição de materiais informativos que possam desestabilizar a situação”. Detalhes de operações militares e baixas tornaram-se uma informação estritamente sigilosa. O partido político de Zelenski, o Servo do Povo, faz lobby desde 2019 por uma lei abrangente com um único órgão fiscalizador da aplicação desse artigo para conteúdo jornalístico. O Comitê para a Proteção de Jornalistas, com sede em Nova York, o Sindicato Nacional dos Jornalistas da Ucrânia e outros grupos alertaram que a proposta é uma ameaça à liberdade de imprensa. Nesse meio tempo, o governo tem se utilizado de fechamento de veículos de imprensa (três canais de tevê ligados a Poroshenko foram fechados em abril de 2022), fiscais de redações e “autorregulação”, algo difícil de distinguir de autocensura. Por exemplo, um apresentador de televisão admitiu ter relatado “apenas [...] informações que foram confirmadas pelas auto-

ridades”, apesar de ter acesso a outras informações.¹⁰ A Comissão de Ética Jornalística da Ucrânia criticou o “assédio online a jornalistas, a disseminação de acusações infundadas contra representantes da mídia por supostamente [...] divulgarem dados que ajudam o inimigo [...]. Acusações e declarações infundadas minam a confiança em todos os meios de comunicação e dificultam o trabalho dos jornalistas na linha de frente”.¹¹ O ranking de 2022 do Índice de Liberdade de Imprensa da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) classificou a Ucrânia em 106º entre os 180 países pesquisados, uma queda de nove colocações desde 2021.

A imprensa russa e a cultura popular na Ucrânia já haviam sido alvo de restrições antes da guerra: a maioria dos filmes e estações de televisão russas havia sido embargada em 2014, assim como as redes sociais russas em 2017 (era possível contornar o bloqueio via VPN). Essas proibições foram controversas, vistas em alguns casos mais como um meio de silenciar críticas ao governo do que como uma resposta a questões de segurança nacional.¹² Novos protocolos colocados em prática desde o início da invasão proíbem músicas compostas ou executadas por cidadãos russos, a impressão de livros por autores russos e a importação de livros da Rússia ou Belarus. Reações a isso são inevitáveis, dado que o russo é a língua nativa de cerca de um terço da população.

A maioria dos ucranianos aceitou essas mudanças, algo evidenciado pela renovação da fortuna política de Zelenski. Pesquisas nacionais de opinião realizadas no segundo semestre de 2021 mostravam uma desilusão generalizada com o presidente, estimulada pela revelação feita pelos *Pandora Papers* de que ele possuía contas clandestinas no exterior e por seu embate com o presidente do parlamento (Rada), Dmitro Razumkov, em torno da “lei dos oligarcas” e das ambições do NSDC.¹³ Pesquisas realizadas após a invasão mostraram uma reviravolta. De maio a junho de 2022, 88% dos entrevistados afirmaram gostar do presidente; 55% confiavam bastante nele e 29% confiavam

um pouco; 57% avaliaram seu desempenho desde fevereiro como muito bom e 31% como bom.¹⁴

Na Ucrânia, portanto, um líder eleito reuniu a maioria do país em torno da bandeira em uma cruzada contra um invasor estrangeiro. Os atos de censura e redução de direitos são apenas parte do pacote de Zelenski e, aparentemente, a maioria dos ucranianos vê isso como um recurso temporário. É possível que os direitos dos cidadãos sejam eventualmente restaurados e a guerra pareça, em retrospectiva, uma pedra no caminho para a democracia. Isso dependerá em grande medida de Zelenski.

E quanto aos potenciais catalisadores dos avanços democráticos identificados por Elizabeth Kier: solidariedade e inclusão, capacidade estatal e compensação? Começando pelo segundo, a capacidade estatal da Ucrânia é algo incerto. Em abril, Zelenski teorizou sobre uma futura Ucrânia como “um ‘grande Israel’ com cara própria”. Essa visão de democracia armada não poderá se tornar realidade sem um domínio westfaliano de suas fronteiras. Ainda não se sabe como seria a Ucrânia como um Estado dividido ou um país encravado, se chegar a este ponto. Embora o exército tenha lutado obstinada e inventivamente — noite e dia, desde a rendição da Crimeia, em 2014 —, ele tem contato com a generosidade internacional para obter recursos, treinamento e inteligência. De fato, Zelenski às vezes pode parecer tanto o comandante-chefe quanto o captador-de-recursos-chefe, à mercê de generosos — embora autointeressados — apoiadores. Não foi por acaso que seu discurso do Dia da Independência, em agosto de 2022, foi dirigido ao público internacional tanto como aos ucranianos. Se e quando a paz voltar, os ucranianos podem se sentir em dívida tanto com os patronos externos quanto com seu próprio governo (que pode não dispor dos recursos para pagar os cidadãos por sua lealdade em tempo de guerra), elevando o entendimento tradicional das relações entre Estado e sociedade.

Em relação à solidariedade e inclusão de Kier, ambas parecem ter

aumentado, à medida que as pessoas se uniram e demonstraram uma coesão cívica e transversal como não se via desde 1991. O voluntarismo patriótico também tem sido impressionante e pode ter repercussões positivas em tempos de paz. Três em cada quatro ucranianos entrevistados em meados de 2022 disseram que tinham feito doações aos militares, metade havia apoiado refugiados ou deslocados internos e metade havia hasteado a bandeira amarela e azul em casa ou no trabalho. Por outro lado, apenas 17% disseram ter se alistado voluntariamente no serviço militar, e 34% estavam dispostos a fazer “grandes” sacrifícios financeiros à causa (44%, a fazer pequenos sacrifícios e 14%, nenhum sacrifício). Deve ser motivo de preocupação que, embora muitos membros de minorias étnicas (russos, húngaros e outros) tenham corrido em defesa da pátria-mãe, houve episódios de intolerância em relação às suas línguas e culturas por parte dos etnonacionalistas ucranianos.

O principal ato de inclusão até o momento foi em relação a uma comunidade externa — a União Europeia (UE). Em 23 de junho, Bruxelas, ansiosa para demonstrar solidariedade à Ucrânia, concedeu-a status de “candidata à adesão” ao bloco, juntando-a a outros seis países na lista de espera. Embora em grande medida simbólico, o status de candidato não é sem valor. Os critérios de Copenhague da UE consideram as práticas democráticas um pré-requisito para ingressar no clube e têm exercido uma contínua pressão liberalizante sobre os candidatos à adesão. A opinião pública ucraniana superou a ambivalência e abraçou a adesão à UE, a ponto de as expectativas infladas acabarem se tornando um problema. A maioria dos cidadãos prevê que isso aconteça em até cinco anos, enquanto, realisticamente, a Ucrânia terá tido sorte caso isso aconteça em dez ou até vinte anos. No entanto, os ucranianos também querem que seus diplomatas negociem pesado e não façam concessões apenas para acelerar o processo de admissão. O comunicado de junho da Comissão Europeia explicitou que os

problemas crônicos de governança — relacionados ao Judiciário, à corrupção e à lavagem de dinheiro, aos cartéis empresariais, à imprensa e às minorias nacionais — precisavam ser enfrentados para que as negociações avançassem.

É um bom sinal o fato de que mais de 90% dos ucranianos atualmente queiram ser governados democraticamente e que a confiança nas instituições políticas tenha aumentado de maneira generalizada. Mas as instituições com maior grau de confiança não são as estruturas com uma missão democrática, mas os órgãos de controle e defesa do Estado. As maiores pontuações de confiança em uma pesquisa de opinião pública de maio de 2022 foram das Forças Armadas ucranianas (97%) e do Serviço de Emergência do Estado (87%). No final da lista estavam o governo local (56%) e a Rada (40%). O padrão foi mantido na subcategoria “total confiança”: liderando o grupo estavam os militares (63%) e o presidente Zelenski (45%), enquanto o governo local ficou com apenas 11% e a Rada, 4%. Os partidos políticos não foram mencionados; um item sobre as características associadas a uma democracia plena classificou um sistema partidário saudável (“partidos políticos que representem os interesses dos cidadãos”) em último lugar, em 6%.¹⁵

Um projeto em desconstrução

Se, do ponto de vista da democratização, a Ucrânia, antes da guerra, tinha sido um projeto em construção, a Rússia era o inverso: um projeto em desconstrução. Reformas desarticuladas de processos e instituições importantes durante os anos da *perestroika* e os anos Ieltsin fizeram da Rússia uma semidemocracia classificada como “parcialmente livre”, como a Ucrânia é hoje. Posteriormente, os caminhos dos dois países divergiram.

Vladimir Putin assumiu a presidência em maio de 2000. Em 2005, depois de ter marginalizado adversários políticos e construído sua “verti-

cal de poder” burocrática, a *Freedom House* reclassificou a Rússia como uma autocracia “não livre”. Manteve-se assim até os dias atuais, com indicadores se deteriorando ano após ano. No indicador “percentual de democracia” do relatório *Nations in transit* de 2021, a Rússia obteve meros 5%, à frente apenas de Azerbaijão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão na Ásia Central. O V-Dem não foi mais generoso. Em sua escala dos cinco princípios da democracia, a Rússia obteve, em 2021, mínimos históricos em todos os indicadores exceto de democracia participativa: 0,26 no de democracia eleitoral, 0,12 no de democracia deliberativa, 0,20 no de democracia igualitária, 0,18 no de democracia participativa e 0,10 no de democracia liberal.

Uma característica intrigante da evolução do regime russo é o tempo que ele levou para se desenrolar. Putin começou seu mandato sem um plano de governo. A recessão democrática veio em câmera lenta, a cada pequena oportunidade que surgia.

A Rússia ficou em 148º lugar entre 180 países no Índice de Liberdade de Imprensa de 2021 da RSF e em 136º de 180 no Índice de Percepção de Corrupção da TI.

A disseminação de práticas autoritárias entre as instituições políticas russas é um fato evidente. No entanto, generalizações sobre como elas têm funcionado devem ser feitas com alguma sutileza. Uma característica intrigante da evolução do regime russo é o tempo que ele levou para se desenrolar. Putin começou seu mandato sem um plano de governo. A recessão democrática veio em câmera lenta, a cada pequena oportunidade que surgia. A carreira de Putin como *silovik* soviético (um oficial dos serviços de segurança) e sua coleção de ressentimentos pessoais ajudam a explicar o retrocesso da Rússia, mas contingências e eventos exógenos também desempenharam um papel. Quando ele reassumiu a presidên-

cia, em março de 2012, após um hiato de quatro anos*, a desdemocratização ganhou impulso. Ela se encaixava na personalização crescente da autoridade soberana, o que ajuda a explicar a deterioração da qualidade da liderança de Putin, e uma absorção da política identitária que transformou aos poucos o nacionalismo em civilizacionismo. A Rússia, afirmou Putin em 2020, “não é apenas um país, é de fato uma civilização distinta”. O mantra da civilização como destino manifesto, com vertentes neoimperiais e neossoviéticas, é promovido com a cumplicidade da Igreja Ortodoxa Russa, dos *siloviki*, da inteligência conservadora e de clãs empresariais.

Há não muito tempo atrás, alguns especialistas russos ainda consideravam o país como “um tipo de regime híbrido, um sistema que combina, de certo modo, elementos importantes da democracia e da autocracia”.¹⁶ Um legado de “vozes alternativas, debates e desacordos” foi considerado um fator atenuante da autocracia.¹⁷ Outros elementos citados foram o respeito pelas liberdades pessoais; o emprego da gestão e da manipulação de informações em vez do Estado policial; um mínimo de competição eleitoral; a persistência, nos círculos políticos, de grupos liberais e centristas; duas mil organizações da sociedade civil, a maioria apartidária, gerando capital social; a valorização das pesquisas de opinião e da opinião pública pelo Kremlin; e a explosão da internet e das redes sociais a partir de 2010.

Durante todo esse tempo, a reputação de Putin entre a população era alta enquanto ele promovia um contrato social pregando prosperidade e estabilidade. A euforia com a anexação da Crimeia em 2014 aumentou seus índices de popularidade, mas, quando eles caíram, Putin ainda estava à tona em um amálgama atitudinal de apoio, renúncia e medo. Na Onda 7 da *World Values Survey*, realizada na Rússia em 2017 e na Ucrâ-

* Nota do editor brasileiro: Como não podia concorrer a um terceiro mandato consecutivo, em 2008 Vladimir Putin indicou o pouco conhecido Dmitri Medvedev para disputar o cargo de presidente. Eleito, Medvedev convidou Putin para ser seu primeiro-ministro, garantindo assim sua influência sobre os rumos do país. Em 2012, Putin voltou à Presidência e, em 2018, foi reeleito para um quarto mandato, atualmente em curso.

nia em 2020, russos e ucranianos valorizavam a democracia como um sistema de governo em igual proporção (67%); uma proporção menor de russos (50% contra 58%) aprovava um líder forte que não precisasse se preocupar com o parlamento e com eleições. Contrainstintivamente, uma proporção maior de russos do que de ucranianos considerava seu regime democrático (34% contra 26%) e o nível de satisfação com o sistema político, baixo em termos absolutos, era duas vezes maior do que na Ucrânia (30% contra 13%).

Nos últimos tempos, essa ambivalência passou a fazer muito menos sentido analiticamente para os estudiosos da Rússia. Tem sido possível falar de sobrevivências pluralistas, mas apenas enquanto partes de um todo tendente ao polo autoritário do espectro e imbuídas de uma filosofia obsessiva pela segurança. Táticas coercitivas floresceram primeiro no campo da informação, com uma internet livre migrando para uma internet com restrições durante o terceiro mandato de Putin. A Rússia obteve 49 pontos de 100 no índice *Freedom on the net* [Liberdade na rede] da *Freedom House* em 2009; em 2021, sua nota caiu para 30 (a pontuação da Ucrânia foi de 62 e a da China, 10).

A situação apertou ainda mais no quarto mandato de Putin, com início em 2018. Em 2019, os candidatos reformistas foram eliminados das eleições locais e uma nova Rosgvardiya (Guarda Nacional Russa) dispersou protestos liderados por estudantes e jovens trabalhadores. O destaque da repressão em 2020 foi uma série de emendas constitucionais, ratificadas via plebiscito. Algumas restringiam a manifestação política, outras promoviam uma agenda civilizacional, e uma praticamente tornou Putin presidente vitalício.¹⁸ Em meados de 2020, o principal opositor russo, Alexei Navalny, foi envenenado na Sibéria com uma substância neurotóxica. Homens à paisana do Serviço Federal de Segurança (FSB) o seguiam, tornando difícil acreditar que não estavam envolvidos. Após um atendimento de emergência em uma clínica de Berlim, Navalny retornou à Rússia e foi preso sob acusações infundadas

que se converteram em uma sentença de vários anos. A lei de “agentes estrangeiros” de 2012 pode servir como um barômetro da época: inicialmente, a lei impingiu essa letra escarlata (acompanhada de auditorias e papelada) em ONGs que lidam com temas políticos ou quase políticos e recebem qualquer financiamento estrangeiro. Mas, em 2017, a lista negra foi estendida a jornalistas e blogueiros e, em 2020, a outros indivíduos a critério do Ministério da Justiça.

Fortaleza

Dada a forma como a Rússia é governada, as ramificações iniciais da guerra total foram sombrias do ponto de vista democrático. Alguns dos truques do Kremlin são novos. A maioria são extensões e refinamentos de ferramentas bem aprimoradas e não inovações radicais. Na Ucrânia, são os indivíduos que calçam os coturnos. Na Rússia, a ênfase é no coletivo, uma Fortaleza russa.

Desde o primeiro dia da guerra, propagandistas russos promoviam a falsa narrativa de uma “operação militar especial” para salvar a Ucrânia do jugo nazista. Fizeram-no para mostrar quem estava no comando da esfera pública e para silenciar dissidentes. Nas ruas, onde multidões nos centros da cidade se reuniram sob o slogan *Net voine!* (Não à guerra!), a Rosgvardiya reprimia impiedosamente. Em 8 de agosto, o projeto de direitos humanos OVD-Info havia contabilizado 16.347 detenções nos termos do artigo 20.2 do Código de Crimes Administrativos. O artigo, em vigor desde 2004, proíbe reuniões não autorizadas e tornou-se mais rigorosa em 2018.¹⁹ Infrações administrativas (contravenções) geralmente resultam em 24 horas em uma cela e uma multa em dinheiro. A reincidência pode levar à prisão e a um processo criminal. Como receita de dissuasão via ameaça de punição gradual testada pelo tempo, tem sido bastante eficiente: apenas 199 detenções registradas desde 24 de abril.

O regime rapidamente focou na comunicação política e na socialização, afundando a Rússia no Índice de Liberdade de Imprensa de 2022 da RSF até o triste posto de 155º de 180. A Rússia proibiu produtos informativos “desacreditando as Forças Armadas da Federação Russa” ou espalhando “notícias falsas” relacionadas à guerra, conforme determinado pelas autoridades. O procurador-geral divulgou em agosto que 138 mil websites haviam sido “desligados ou bloqueados”. As queixas de contravenção por desacreditar as Forças Armadas somavam 3.807. E 224 russos foram investigados criminalmente por “*fake news*” (90 casos), “vandalismo” (34), “terrorismo telefônico” (16) e uma variedade de transgressões. O primeiro a ser condenado, um vereador de São Petersburgo, foi condenado a sete anos de prisão em julho. Diversos veículos independentes — entre eles a rádio Ekho Moskvyy, a Dozhd TV, o jornal *Novaya Gazeta* (cujo editor, Dmitri Muratov, foi um dos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz em 2021), e o site de notícias bilíngue Meduza, cessaram as operações entre março e abril, temendo serem obrigados a “fazer reportagens sobre belos programas de arte e fogos de artifício”.²⁰

Para preparar as gerações futuras, em julho de 2022, Putin assinou uma lei criando uma versão atualizada dos Jovens Pioneiros da URSS, encarregados de desenvolver “uma visão de mundo para crianças baseada em valores tradicionais”. A nostalgia das atividades de escotismo e rituais reconfortantes do passado soviético da organização tem o apoio de 80% dos entrevistados pela pesquisa. Relacionado a isso está a previsão de nomeação de “conselheiros patrióticos” dos diretores de todas as escolas russas e o fornecimento de materiais pedagógicos e de comunicação.

Se a guerra ajudou a construir pontes entre a Ucrânia e o Ocidente, ateou fogo às pontes entre a Rússia e o Ocidente. A paranoia russa, somada à resposta do Ocidente à invasão, causou um rápido afastamento entre ambos. O mais politicamente significativo foi a saída da Rússia, em 15 de março, do Conselho da Europa (COE), o grupo de

direitos humanos preeminente do continente, ao qual a Rússia se uniu em 1996, de acordo com a política de aproximação de Ieltsin. Em junho, a Rússia rompeu com o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (ECHR), um desdobramento do COE que analisava queixas de milhares de russos anualmente. O presidente da Duma da Rússia (a câmara baixa do parlamento), Viacheslav Volodin, queixou-se sobre as decisões da ECHR, que estariam “em contradição direta com a constituição russa, nossos valores e nossas tradições”, citando como exemplo o casamento entre pessoas do mesmo sexo.²¹ A base para esses desligamentos foi uma emenda constitucional de 2020 que consagra a supremacia da Rússia sobre o direito internacional.

Com a popularidade em alta dos *siloviki* e de seus aliados linha-dura, o isolacionismo se espalhou por todos os tipos de áreas funcionais. Uma lista de ONG estrangeiras “indesejáveis”, lançada em 2015, foi ampliada e agora inclui a Anistia Internacional, o *Carnegie Endowment for International Peace*, a *Chatham House*, a Fundação Aga Khan, o *Organized Crime and Corruption Reporting Project* [Projeto de denúncia de corrupção e crime organizado] e o *Congress of Ukrainian-Canadians* [Associação dos canadenses ucranianos]. O Ministério da Justiça também anunciou planos de fechar a filial de Moscou da Agência Judaica para Israel.

Em abril, a Rússia retirou-se do Processo de Bolonha, que padroniza os currículos do Ensino Superior em toda a Europa. O Ministério da Educação denunciou o não reconhecimento dos diplomas russos, o desprezo pelos modos russos e o aliciamento ilegal de talentos russos. De todo modo, a Rússia teria sido expulsa assim que surgiram notícias de que a União dos Reitores havia assinado uma carta elogiando a invasão. Em maio, houve a notícia da possível retirada da Rússia da Organização Mundial do Comércio e da Organização Mundial da Saúde, em represália contra decisões desfavoráveis nesses órgãos. Em junho, Moscou deixou a Organização Mundial de Turismo da ONU e, em julho, disse que abandonaria a Estação

Espacial Internacional em algum momento após 2024. Enquanto isso, a cooperação com organizações multilaterais dominadas pela China, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e a Organização para Cooperação de Xangai (SCO), avançou. Putin encontrou-se com o líder chinês Xi Jinping em uma cúpula da SCO em setembro, e os dois aceleraram o trabalho em uma Estação Internacional de Pesquisa Lunar para competir com a estação espacial Lunar Gateway [Portal lunar] da NASA.

Diversas medidas similares soam a paranoia. A Duma aprovou uma lei em junho que amplia a definição de agentes estrangeiros proibidos de receber fundos, incluindo os que estão sujeitos à “influência estrangeira” de qualquer tipo. Esses agentes estão agora proibidos de se comunicar com a população em geral, de organizar reuniões públicas, de ensinar menores de idade ou de lecionar em uma universidade estadual, de aconselhar o governo, de solicitar subsídios estatais ou de participar de licitações. Volodin elogiou o projeto de lei, dizendo ser o troco “àqueles que cantam a música de outra pessoa e são pagos por isso” e, em uma frase sem sentido, equiparou-o à salvação da nação: “Sem essas decisões [...] não haverá Estado [russo]”.²² Um projeto de lei a ser votado em breve forçaria as pessoas “afiliadas” de alguma forma a esses agentes a se declararem cúmplices e se sujeitarem às penalidades.

Essas medidas podem parecer estranhas, mas, de modo geral, os rusos vêm consentindo com a guerra e com o modo pelo qual o governo vem lidando com as consequências internas. O *Levada Center* é um instituto de pesquisa não governamental confiável e não alinhado ao governo Putin (foi classificado como um agente estrangeiro devido a contratos com clientes ocidentais). Uma pesquisa do Levada realizada em julho estimou em 83% a taxa de aprovação a Putin, a mais alta desde 2015.²³ E a proporção dos que achavam que a Rússia estava caminhando na direção certa atingiu a alta histórica de 68%. Sobre a operação na Ucrânia em si, 48% apoiavam incondicionalmente e 28% apoiavam parcialmente; 18% eram completamente ou parcialmente contrários.

Obviamente, não existe unanimidade na guerra. Das clivagens na opinião pública, a mais interessante é pela coorte etária. A pesquisa do Levada constatou que, entre os jovens de 18 a 24 anos, apenas 26% a apoiavam incondicionalmente e 31% a apoiavam parcialmente; entre aqueles com 55 anos ou mais, o apoio era muito maior, com 61% apoiando incondicionalmente e 23%, parcialmente. Uma pesquisa sigilosa realizada para funcionários do Kremlin pela empresa apoiadora do governo VTsIOM no final de junho perguntou mais abertamente se a operação deveria ser encerrada “o mais rápido possível”. De acordo com dados vazados, 30% concordaram e 57% discordaram. Mas, entre os entrevistados de 18 a 24 anos, 56% queriam o fim imediato e 19% não queriam. Entre aqueles com 60 anos ou mais, apenas 20% eram favoráveis ao fim imediato da guerra, enquanto 72% não eram.²⁴

Nada disso sugere um impulso em direção à democracia. Pelo contrário, o impulso tem sido na direção oposta, o que não quer necessariamente dizer que a guerra tenha sido o motor da autocratização. A medida mais extrema para silenciar a oposição nos últimos anos — o plano de assassinato contra Alexei Navalny, seguido por sua prisão por tempo indefinido — tomou forma em agosto de 2020, um ano e meio antes de os tanques aparecerem. A iniciativa comparativamente inofensiva dos Pioneiros é uma ideia há muito defendida pelos tradicionalistas. Putin aprovou-a pela primeira vez em 2015, perdeu o fio da meada e a reviveu agora em um clima mais oportuno. O projeto é parte de uma ideia anterior, que incluía o Movimento Escolar Russo (criado em 2015), os cadetes do Exército da Juventude sob as asas do Ministério da Defesa (2016), os “campos de reeducação militar-patrióticos” para jovens infratores (2019), e leis obrigando a inclusão de aulas de patriotismo e história militar no currículo escolar (2020).

Há sinais de esperança na hipótese de Kier de que a inclusão, a capacidade estatal e a compensação podem levar à democracia? A capacidade do governo de gerenciar a economia e as sanções podem ter me-

lhorado, mas um Estado russo poderoso pode atropelar os direitos civis tanto quanto promovê-los. Quanto à inclusão e à perspectiva de compensação, as outras variáveis na análise de Kier, estas são as paradas intermediárias para um destino desconhecido e, portanto, indesejadas pelo governante, que olha as pesquisas com preocupação e foge de decisões que podem despertar a opinião pública. A insistência de que a guerra é uma operação mundana, sem relação com a vida cotidiana, reflete esse pensamento. Um corolário é a recusa em remediar a escassez de combatentes no campo de batalha convocando reservistas ou impulsionando o alistamento, passos que contradizem a linha partidária. Como medida paliativa, foi elevado o limite de idade para o serviço voluntário, e os generais acomodaram os mercenários do Wagner Group, a quem desprezam, e recrutam mercenários estrangeiros, homens pobres de outros grupos étnicos e presos perdoados em troca do alistamento.

Putin “implementa uma estratégia interna visando proteger os russos das adversidades da guerra — sem alistamento obrigatório, sem funerais em massa, sem sentimento de perda ou conflito. Grande parte do esforço da Rússia no campo de batalha não foi como o Sr. Putin havia planejado, mas, internamente, ele conseguiu fazer a vida russa parecer o mais normal possível”.²⁵ Zelenski saúda a mobilização e o apego apaixonado à causa. O comando no topo das muralhas da Fortaleza russa quer a desmobilização e o desapego, e, por enquanto, conseguiu. Uma minoria dos russos rejeita a farsa e tomou uma decisão dramática — sair do país. Estatísticas incompletas estimam que mais de meio milhão de pessoas emigraram — uma parcela muito menor da população do que os refugiados e IDP da Ucrânia, mas longe de ser trivial. Os destinos favoritos são a Armênia, a Geórgia e a Letônia na Eurásia pós-soviética; a Turquia; os Emirados Árabes Unidos, um paraíso perene para o dinheiro russo; Israel; e Alemanha. Também estimativa, os jovens, os bem-educados e os trabalhadores da tecnologia são super-representados na diáspora. Entre os emigrantes

mais famosos estão Aleksandr Cherkasov, Pavel Chikov e Lev Ponomarev (ativistas de direitos humanos); Ilya Azar, Yuri Dud, Aleksandr Nevzorov e Sergei Parkhomenko (jornalistas e personalidades da mídia);²⁶ Kirill Serebrennikov (diretor de teatro e de cinema); Alla Pugacheva (lendária diva pop); Oxxxymiron (rapper); Viktor Shenderovich (humorista); Anatoly Chubais (orquestrador das privatizações russas na década de 1990); e Pinchas Goldschmidt (rabino-chefe da cidade de Moscou). Olga Smirnova, a principal bailarina russa do Teatro Bolshoi, que agora dança com o Balé Nacional Holandês, articulou em uma carta aberta o que muitos pensavam: “Nunca pensei que teria vergonha da Rússia [...] mas, agora, eu sinto que uma linha foi traçada que separa o antes e o depois”.²⁷ Os pragmáticos juntam-se aos moralistas: trabalhadores que não podem mais ganhar a vida na Rússia devido a sanções secundárias e indivíduos com elevado patrimônio, assustados com a instabilidade do país.

Esse êxodo funcionou como uma válvula de segurança, ajudando a restringir os custos do novo normal da Rússia. Os soviéticos geralmente impediam os descontentes de emigrar. Putin tolera isso e, de fato, até os encoraja com um discurso de “já vai tarde” e “quinta-coluna”, embora ele possa estar começando a se dar conta do problema da fuga de cérebros.

O estrato dominante não é monolítico, mas há um acordo implícito para evitar confrontos abertos sobre a estratégia de guerra. Nos bastidores, cortesãos e burocratas buscam o ouvido de Putin e culpam os outros, como descreveu Tatiana Stanovaya no boletim online *r.politika*. Putin absteve-se de purgar quadros cétricos ou favoráveis à guerra, e liberais e tecnocratas se agarram a seus cargos. Na imprensa, algumas reportagens factuais sobre a guerra e as dores de cabeça que geravam são permitidas em veículos oficiais. O mercado de informações menos regulado continua sendo a internet. Embora os tribunais de conformidade tenham banido o Facebook, o Instagram e o Twitter em março, as VPN permitem que os aficionados contornem as restrições.

Um par de canais online de informação e opinião, percebidos em todos os lugares como politicamente neutros, destaca-se dos demais. Um deles é o YouTube, serviço de streaming de vídeo com sede nos EUA. O atrito com o Kremlin e as multas frequentes não o mantiveram fora do ar. O YouTube teve 85 milhões de espectadores únicos na Rússia em junho; o Rutube, cancelado pelo governo, teve 10 milhões.²⁸ A Dozhd TV transmite seu conteúdo no YouTube dos novos estúdios na Letônia, e dezenas de outras vozes ecoam para fora. O outro ativo singular é o aplicativo de bate-papo com criptografia ponta a ponta Telegram, uma criação do empreendedor de tecnologia russo Pavel Durov, com sede em Dubai. Em meados de 2022, o Telegram possuía entre 40 a 50 milhões de assinantes russos (as estimativas variam) e mantinha 426 mil canais e 39,6 mil salas de bate-papo, a maior parte delas apolítica.²⁹ Na política, o Telegram é conhecido por abrigar jornalistas críticos expulsos da mídia tradicional (o Meduza original pode estar fora do ar, mas o Meduza-LIVE, no Telegram desde 2016, resiste com mais de um milhão de fãs); por suas postagens irrestritas sobre todos os aspectos da guerra; e por abrigar falcões de guerra que querem que o exército seja mais agressivo no campo de batalha e que têm falado abertamente sobre como as forças russas têm falhado.

O Telegram é curioso por outras três razões: primeiro, houve uma tentativa *silovik* de bani-lo em 2018, que fracassou e foi repudiada em 2020. Em segundo lugar, o Telegram, como o YouTube da web aberta, provou ser tão valioso para os informantes e publicitários do regime quanto para os estrangeiros. Entre os nomes da lista de proprietários de canais conhecidos estão os pesos pesados do setor, incluindo o ex-presidente Dmitri Medvedev (agora número dois no Conselho de Segurança), o presidente da Duma Volodin, Sergei Kiriyenko (supervisor de política doméstica do governo do Kremlin), Dmitri Peskov (secretário de imprensa da Presidência), Ramzan Kadyrov (governador da Chechênia) e Vladimir Solovyov (apresentador de talk show ultranacionalista).

Há, surpreendentemente, uma terceira anomalia: o principal impulsor de conteúdo dos 46 mil canais e das 6,1 mil salas de bate-papo do Telegram na Ucrânia é ninguém menos que Volodimir Zelenski; em 1º de setembro, seu canal oficial tinha 1.022.290 inscritos.

E agora?

Em setembro de 2022, os militares ucranianos organizaram uma impressionante contraofensiva no nordeste do país. Expulsando as tropas russas de áreas de milhares de quilômetros quadrados, a manobra fez o gambito de Putin soar cada vez mais como arrogância e tornou sua posição no mundo mais solitária do que nunca. Ainda assim, em uma guerra onde nenhum dos lados claramente nocauteia, o outro provavelmente se manterá vivo por algum tempo. Assumindo que a luta e, possivelmente, negociações em torno de um acordo, arrastem-se até o próximo ano, elas coincidirão com os calendários políticos internos. Um teste decisivo viria em 2024: as eleições nacionais. Há duas agendadas na Ucrânia, para presidente, em março, e para o parlamento, em outubro; e uma na Rússia, para presidente, em março.

Na Ucrânia, o eleitorado tem um pavio notoriamente curto e reelegeu um presidente apenas uma vez desde a independência. Zelenski, tendo prometido em 2019 limitar-se a um mandato, parece empenhado em disputar um segundo. Caso seu exército vença a guerra, a reeleição deve ser fácil e haverá uma oportunidade de retomar o processo de democratização. Fora isso, nada se sabe. A perda de terreno, a destruição da infraestrutura e a fuga de civis podem tornar a logística eleitoral inviável? Zelenski ficaria tentado a cancelar as eleições e usurpar poderes ditatoriais, seja como libertador da nação ou como o homem forte que pode se dar ao luxo de assinar um acordo com a Rússia? Se ele tentar, enfrentaria um “Maidan redux”?

Na Rússia, não há oposição organizada a um presidente desde

2000. No entanto, eleições com um verniz de credibilidade, embora suave, conferiram legitimidade ao sistema. Alguns apoiadores farão quase de tudo para preservar a hegemonia em 2024. Mas poderia um deles se arriscar a desertar e remodelar o jogo, como Mikhail Gorbachev, Boris Yeltsin e Vladimir Putin fizeram, cada um à sua maneira? Há a possibilidade de um rompimento com o status quo por meios mais radicais? A resposta provisória para ambas as perguntas só pode ser “sim”.

Putin, o pai da guerra total, tem opções de escalada — entre elas, a mobilização de reservistas e recrutas em grande número (o que, segundo a lei russa, exigiria uma declaração de guerra) e, no limite, armas nucleares — que ele até agora evitou. Em teoria, ele sempre pode declarar vitória e tentar negociar uma saída. Caso sua derrota seja inequívoca, porém, ele não pode se dar ao luxo de atribuir responsabilidade a outra pessoa. Investigações internacionais sobre as atrocidades e os crimes de guerra cometidos não lhe dariam descanso. Pior do que isso, ele sabe perfeitamente que a própria sociedade russa não tem sido gentil com czares, secretários gerais e presidentes que acabam do lado perdedor de uma grande guerra que deu errado — basta lembrar da Crimeia nos anos 1850, da Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905, da Primeira Guerra Mundial, do Afeganistão nos anos 1980 e da vizinha Chechênia nos anos 1990. Sendo essas as lições da história, permanece ainda em aberto se um desastre na Ucrânia levaria a Rússia à tirania, a um regime mais moderno e representativo, ou ao caos.

Notas

1. Elizabeth Kier, “Mobilizing Labor for War and Its Implications for Democracy”, *War and Democracy: Labor and the Politics of Peace* (Ithaca, NY, EUA: Cornell University Press, 2021).

2. Kier, *War and Democracy*, 2.

3. Edward D. Mansfield e Jack Snyder, “Does War Influence Democratization?” in Elizabeth Kier e Ronald R. Krebs, eds., *In War’s Wake: International Conflict and the Fate of Liberal Democracy* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010), 45. Mansfield e Snyder olharam apenas para regimes não democráticos.

4. Verbete em www.unhcr.org/ua/en/internally-displaced-persons.

5. *Ukraine Support Tracker*, www.ifw-kiel.de/topics/war-against-ukraine/ukraine-support-tracker. (Quantias expressas em euros e convertidas aqui pela taxa de câmbio de 1 junho 2022.)

6. Liam Kennedy, “Ukraine: A Divided America Seeks Moral Clarity in a War Against Democracy”, *The Conversation*, 22 abril 2022, <https://theconversation.com/ukraine-a-divided-america-seeks-moral-clarity-in-a-war-against-democracy-181806>.

7. Dados de www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp. Assuntos relacionados são discutidos a partir de dados qualitativos em Joanna Szostek e Dariya Orlova. “Understandings of Democracy and ‘Good Citizenship’ in Ukraine: Utopia for the People, Participation in Politics Not Required”, a ser publicado em *Post-Soviet Affairs* (publicado online em junho 2022).

8. Ver dados em www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1074&page=1.

9. Transparency International Ukraine, “Corruption Perceptions Index 2021”, <https://cpi.ti-ukraine.org/en/>.

10. “RSF Urges the Ukrainian Authorities to Lift Arbitrary Restrictions on Reporters in the Field”, Reporters Without Borders, 1 julho 2022, <https://rsf.org/en/rsf-urges-ukrainian-authorities-lift-arbitrary-restrictions-reporters-field>.

11. Ver <https://cje.org.ua/statements/zayava-shchodo-neprypustymosti-tysku-i-zastosuvannia-podviynikh-standativ-do-zhurnalistiv-iaki-vysvitliuiut-viynu/>.

12. Lucan Ahmad Way, “Ukraine’s Post-Maidan Struggles: Free Speech in a Time of War”, *Journal of Democracy* 30 (July 2019), 54–55.

13. Ver Mykhailo Minakov, “Just Like All the Others: The End of the Zelensky Alternative?” *Kennan Institute Focus Ukraine* blog, 2 novembro 2021, www.wilsoncenter.org/blog-post/just-all-others-end-zelensky-alternative.

14. Dados do National Democratic Institute (NDI), “Mozhlyvosti ta pereshkodi na shlyakhu demokratichnogo perekhodu Ukrayinu” [Oportunidades e obstáculos no caminho da transição democrática da Ucrânia], pesquisa realizada em 2–11 maio 2022; “WSJ/NORC [Wall Street Journal/National Opinion Research Center] Ukraine Poll June 2022”, conduzida em 9–13 junho 2022.

15. NDI, “Mozhlyvosti ta pereshkodi”.

16. Henry E. Hale, “Eurasian Polities as Hybrid Regimes: The Case of Putin’s Russia”, *Journal of Eurasian Studies* 1 (janeiro 2010): 33. Ver também Steven Levitsky e Lucan A. Way, *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010); Nikolay Petrov, Maria Lipman, e Henry E. Hale, “Three Dilemmas of Hybrid Regime Governance: Russia from Putin to Putin”, *Post-Soviet Affairs* 30 (janeiro 2014): 1–26; e Timothy J. Colton, “Regimeness, Hybridity, and Russian System Building as an Educative Project”, *Comparative Politics* 50 (abril 2018): 455–73.

17. Jonathan Becker, “Russia and the New Authoritarians”, *Demokratizatsiya* 22, no. 2 (2014): 199.

18. A Constituição foi alterada para permitir no máximo dois mandatos presidenciais, mas uma emenda zerou novamente o placar para Putin (e Dmitri Medvedev, presidente de 2008 a 2012) em 2024. Putin agora pode disputar a reeleição para um mandato de seis anos em 2024 e novamente em 2030, o que significa que ele poderia se manter como presidente até 2036.

19. Os dados nesta seção foram tirados de “Svodka antivoyennykh repressii” [Resumo das repressões antiguerra], <https://data.ovdinfo.org/svodka-antivoennyh-repressiy-polgoda-voyny#6at> e <https://data.ovdinfo.org/svodka-antivoennih-sobytyiy-l-2022#1>. O valor 16.347 inclui detenções, não pessoas, já que algumas pessoas foram detidas mais de uma vez.

20. Natalya Sindeyeva da Dozhd, citada em “Key Russian Liberal Media Close, Suspend Operations Amid Kremlin War Crackdown”, *France 24*, 3 março 2022, www.france24.com/en/live-news/20220303-key-russian-liberal-media-close-suspend-operations-amid-kremlin-war-crackdown.

21. Vyacheslav Volodin, “Resheniia Yevropeiskogo suda po pravam chelovaka ispolnyat’sya ne budut” [As decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos não serão implementadas], <http://duma.gov.ru/news/54493>. A Rússia diz que honrará decisões judiciais tomadas antes de 15 de março, mas pagará penalidades apenas em rublos.

22. *Novosti Gosudarstvennoi Dumy*, 30 junho 2022, <http://duma.gov.ru/news/54760/>.

23. Dados de www.levada.ru/en/2022/08/17/conflict-with-ukraine-july-2022/.

24. Dados de <https://meduza.io/feature/2022/07/12/meduza-uznala-rezultaty-zakrytogo-oprosa-vtsiom-provedennogo-po-zakazu-kremlya-po-ego-dannym-30-rossiyan-schitayut-chto-voynu-nuzhno-ostanovit-priamo-seychas>; e <https://thebell.io/zakrytyy-oprosvtsiom-pokazal-razdelenie-mneniya-rossiyan-o-voyne-porovnu>.

25. Valerie Hopkins, “‘Nothing Has Really Changed’: In Moscow, the Fighting Is a World Away”, *Nova York Times*, 6 setembro 2022.

26. Há 250 jornalistas russos em Riga, Letônia, sozinhos. Sou grato à repórter e editora Yevgeniya Albats pelas informações sobre esses deslocamentos.

27. Sarah L. Kaufman, “Bolshoi Star Ballerina Quits Famed Moscow Company”, *Washington Post*, 16 março 2022.

28. Sam Schechner, Miles Kruppa, e Evan Gershkovich, “How YouTube Keeps Broadcasting Inside Russia’s Digital Iron Curtain”, *Wall Street Journal*, 9 agosto 2022.

29. As estatísticas vêm de <https://tgstat.com/ru>. Para discussão em inglês, ver Valeriya Safronova, Neil MacFarquhar, e Adam Satariano, “Where Russians Turn for Uncensored News on Ukraine”, *New York Times*, 16 abril 2022.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>